

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº74 - NOVEMBRO - PORTO VELHO, 2002
VOLUME V
ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História

ARNEIDE CEMIN - Antropologia

ARTUR MORETTI - Física

CELSO FERRAREZI - Letras

FABÍOLA LINS CALDAS - História

JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia

MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação

MARIO COZZUOL - Biologia

MIGUEL NENEVÉ - Letras

VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

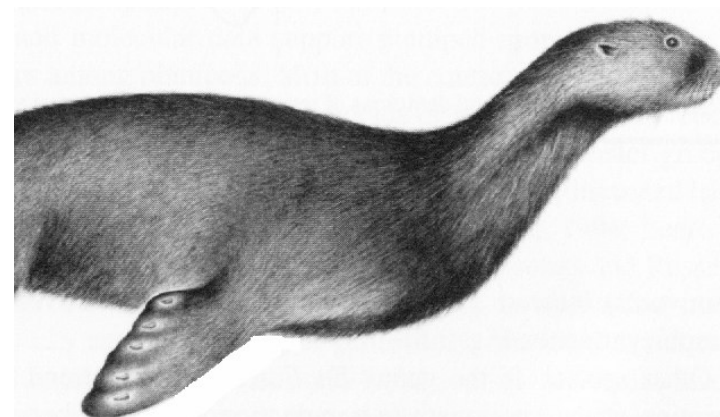
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

74



**CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA
AMAZÔNIA**

WALTERLINA BRASIL



Walterlina Brasil

Professora do curso de Pedagogia - UFRO

wal@unir.br

CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA

A preocupação em se discutir sobre em quais marcos poderão se dar as experiências e proposições que venham a fortalecer o surgimento de iniciativas que articulem efetivamente Educação Superior, a Ciência e o Desenvolvimento Regional, com uma perspectiva local, é hoje mundial.

É um fato hoje que estes elementos vêm ocupando espaços importantes nos debates internacionais e são fundamentais na busca de uma reflexão que orientem ao encontro da eficiência nas ações e alternativas de cooperação internacional, entre outros aspectos, destacamos o âmbito da temática geral proposta para este evento.

Penso que uma contribuição inicial seria trazer alguns aspectos do que seria o componente institucional nisto tudo, revelando, desde logo, um limite discursivo que não pretende partir para o envolvimento prático das iniciativas específicas das experiências em zonas costeiras, mas, com a abordagem do viés institucional, ratificar a importância da dimensão da pertinência da educação superior como uma condição importante para avançar nos compromissos de cooperação pretendidos. Na verdade trata-se de compreender um pouco mais qual o papel das instituições que promovem a educação superior e ciência no Brasil, problematizando se estariam as Universidades sendo efetivamente pertinentes para a tarefa de associar educação superior, pesquisa e desenvolvimento local. Por outro lado, pretende-se tornar um pouco mais complexo a dimensão das experiências sobre o desenvolvimento local, em termos conseqüentes e factíveis; especialmente se apostamos na cooperação para isto.

Embora os conceitos estejam sendo alterados à uma velocidade "cibernética", penso que a Pertinência possui, enquanto conceito, uma condição de ser inerente a proposta deste seminário, uma vez que permite estabelecer alguns horizontes na redefinição da atuação social e científica das instituições que se propuserem a construir um processo de integração regional cada vez mais consolidado.

A Pertinência, por ser um conceito amplo, quando analisado se destaca por reunir aspectos inerentes as condições de obtenção da qualidade institucional, e nisto, cooperação e financiamento; indicando grande complexidade quanto sua expressão de forma concreta. Exige diretamente uma compreensão sobre o valor e função social da universidade como instituição, que incorpora em seu que-fazer a sociedade, na qualidade de beneficiária; o conhecimento, como nova moeda para o capital social; e o serviço cultural, delimitado pelo contexto, enredado a partir das necessidades de desenvolvimento humano e sustentado.

O documento relativo a Declaração Mundial sobre a "Educação Superior no século XXI: Visão e Ação" no que tange a Pertinência considera-a relacionada com: 1) o processo de avaliação do ensino superior; 2) o reforço aos serviços e compromissos sociais; 3) a contribuição com o conjunto do sistema em seu ciclo

educacional sistêmico e sistemático; 4) uma proposta mais ampla de sociedade. Este item, na verdade possuem raízes em uma discussão pautada no que se tratou de indicar como **pertinência social**, expressa a partir da Conferência de Havana em novembro de 1996, onde consta que “una definición de pertinencia radica en el papel que cumple y el lugar que ocupa la educación superior en función de las necesidades y demandas de los diversos sectores sociales”¹. Neste sentido, os dois primeiros aspectos (avaliação e funções do ensino superior) revelam que a pertinência integra uma capacidade geral que a instituição universitária deve ter em sensibilizar-se perante os requerimentos sócio-ambientais, e os dois seguintes (contribuição com o sistema e uma proposta de sociedade), apontam para comportamentos decisivos destas instituições ante as pautas econômicas e que diferem de modo indubitável os grandes blocos econômicos que, de certo modo, ignoram a posição da América-Latina, as opções que possa adotar e as respostas que possa dar ante este cenário.

Embora a pertinência social se constitua em um orientador valioso no contexto do debate sobre a Educação Superior, em termos de compreensão da exeqüibilidade das condições de existência destes fins, penso que a questão da pertinência pode ser discutida no âmbito da sua capacidade de inserção acadêmico-científica, ou seja, a condição na qual se integram o conhecimento (reflexionando-o nas lições qualitativas e quantitativas das produções universitárias) à própria região e as conseqüências disto para o desenvolvimento.

Uma questão que tenho notado com certa freqüência é que às vezes ocorre imediatamente é tornar a pertinência sinônimo de relevância. Não me pareceu esta ser a intenção descrita nos documentos elaborados quando da Conferência de Paris. Porém alguns textos divulgados após o evento, sobre o tema, tratam de indicar que distinguir **relevância** e **pertinência** é uma daquelas filigranas semânticas que não ajudam muito a resolver ou operacionalizar as ações educativas e científicas, por sua vez reservadas ao nível mais elevado da condição interna do próprio sistema educacional.

Ao meu ver pertinência e relevância não são idéias sinônimas e ao não sê-las, quando tornadas, passam a admitir uma adulteração na condução de importantes ações em direção à consolidação de experiências que inspirem políticas de desenvolvimento regional (como as que são tratadas neste evento) que sejam integradoras e que contem com a participação das instituições de educação superior; ou implodem até as experiências que visam assegurar que o esforço de tempo e recursos humanos e financeiros (estes majoritariamente recursos públicos, diga-se de passagem), se conduzam sempre persistentes ante ao desgaste da burocracia institucional². Posso incitá-los a pensar sobre isto exemplificando com o papel que a universidade se ocupa em formar licenciados em massa hoje. Nos moldes em que presta este serviço e segundo as características que o sistema educacional brasileiro está caracterizado, pode-se refletir que formar professores para o ensino fundamental e médio, como o fazem as instituições universitárias atualmente, pode ser compreendido como relevante – ainda que no estreito ponto de vista da conquista social do acesso ao ensino superior, em pautas individuais – mas com poucos indícios de que seja pertinente. Talvez seja necessário somar-nos

¹ Destacado na exposição de Carlos Tünnermann Bernheim na Conferência da Organização Universitária Internacional-OUI, em reunião em outubro de 2001. <http://www.oui.ca/congreso>

² Na burocracia alguns procedimentos ocorrem mais para tornarem localizáveis as iniciativas que surgem internamente, dentro de uma noção elementar de formalismo da política desenvolvida através dos governos centrais, do que para compreender a pertinência dessa atividade como produção científica.

aos que desconfiam um pouco sobre se o tipo e funcionamento dessa instituição consiga, na tarefa da graduação, incorporar outros níveis de formação como o exigido para a pesquisa e produza os conhecimentos requeridos para influenciar nas decisões sobre desenvolvimento humano equânime e sustentado.

Tenho, **portanto**, em construção, a idéia de que o elo de interligação possível entre educação superior, ciência e desenvolvimento local, admitindo-se um diálogo coerente e conseqüentemente a análise destes componentes, seria considerar a pertinência como *o conjunto de ações institucionais que respondam por uma capacidade de geração de conhecimento referenciada em valores, culturas e conhecimentos identitários que impulsionem e desenvolvam uma educabilidade política e motivação para uma produção de uma ciência nacional*³. Tratando por partes, vejamos:

- Pertinência envolve **ações institucionais**, porque evoca uma compreensão sobre as conseqüências coletivas e os interesses corporativos que sustentam a tarefa do estudo e da pesquisa, em todos os seus níveis;
- Pertinência **responde por uma capacidade de geração de conhecimentos**, porque admito na atitude científica uma condição específica de explorar as conexões criativas que gerem produtos, processos e serviços que produzam vantagens competitivas nacionais;
- Pertinência está **referenciada em valores, culturas e conhecimentos identitários**, como propulsores motivacionais, porque a condição de desenvolvimento humano e sustentado importa na admissão das diferenças e pela realização de tarefas que envolvam e respeitem o reconhecimento de uma ecologia humana dinâmica e marcadamente endógena;
- Por fim, pertinência desenvolve **educabilidade política**, pois este modo de ser humano (a educabilidade) tem como possibilidade gerar compromissos éticos e morais que podem elevar o sentimento de pertencimento local, relativizando as referências globais.

Nesta composição, o que se produz institucionalmente através da capacidade instalada local possui dimensão científica nacional válida, devendo ser tratada, neste sentido, como um compromisso que repercute a partir das condições de eficiência científica que são permitidas as instituições subsistirem. A pertinência científica possui evidência práticas de ser metainstitucional.

A **Pertinência Científica** da educação superior (que pode ser portanto uma outra dimensão da pertinência geral ou social, como a entendo) se estreita com sua capacidade de gerar desenvolvimento quando, à luz de uma ação de sustentabilidade ecológica, obtem intercâmbios entre a pesquisa e o ensino que extrapolem as fronteiras da própria condição institucional e do Estado-Nação⁴, aí bem localizada a importância fundamental que ocupa os processos de cooperação e a necessidade de compreender muito bem a quais compromissos estas iniciativas respondem.

³ Aqui, concordando com Carlos Tünnermann Bernheim (p.9) que inscreve que mesmo a Globalização, expressa como espaços fragmentários e seletivos "coexiste com espacios nacionales en los cuales se realiza la maior parte de las transacciones económicas y se genera el proceso de desarrollo".

⁴ Conforme nota acima (no.6), encaminho então a idéia de Estado-Nação pelos evidentes comportamentos nacionais, sendo transnacionais somente os aspectos econômicos e em poucos casos educacionais e seguem comportamentos burocráticos-regulamentares que tão bem os caracterizam no âmbito da gestão política.

É certo que os debates sobre desenvolvimento regional, por sua vez, circundam necessariamente as razões econômicas assoladas pelas políticas dos grandes blocos e mercados, notoriamente articulados com os fenômenos da globalização. Inserir o debate sobre pertinência nas universidades neste cenário parece impor que se encontre respostas ante o fato consumado do novo contexto internacional, ainda que se admita que “la globalización sera lo que nosotros hagamos de ella. No hay fatalidad en la materia”⁵, para fazer alusão a Conferência de Madrid, em 2000, que tratou de discutir este panorama.

Tratar dessa relação Pertinência Científica da educação superior e desenvolvimento regional implica também em considerar a redefinição do papel das universidades, sem que para isto se antecipe sua morte, especialmente a partir dos indicadores oficiais, como tem optado fazer as políticas para o ensino superior brasileiro. Tais políticas vem abandonando uma análise mais criteriosa sobre o papel da educação superior a partir das ponderações regionais e a capacidade de inserção local, ignorando que são as universidades as instituições que consolidam uma dimensão nacional das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico para o país e representam importante conteúdo de seu patrimônio público e social.

A Educação Superior, especialmente na Amazônia, não está associada à formação de profissionais para a ciência. Não se tem como falar de cientistas a partir das instituições universitárias. É necessário dizer que faz sentido afirmar que o sistema de educação superior brasileiro não permite integração de propósitos científicos de forma organizada, coerente e significativa. Em números absolutos, o número de programas de intercâmbio e seus resultados em projetos cooperativos ainda tem sido pouco expressivos; por outro lado tem sido usual a geração de distorções orçamentárias - especialmente quanto ao apoio as agências de fomento a pesquisa (lembremos a atual disputa do CNPq por assegurar um orçamento para o próximo ano pelo menos igual ao do ano de 2001) e adoção de medidas e reformas que tratam o assunto no país pela tangente, como no caso dos fundos setoriais.

Apesar do que afirmei, admito que por força de nosso modelo organizacional, coberto como um estatuto legal, as Universidades ainda são o *locus* onde se abrigam as iniciativas de produção científica e aqueles que desejam dedicar-se a esta tarefa. Isto não está posto em discussão. O problema é que não se faz pesquisadores a partir de práticas essencialmente docentes. Por outro lado, não se pode prejulgar a instituições da Amazônia como predestinadas a ser meros centros de ensino. As condições a que submergimos possuem profundas marcas na tradição histórica como esta região foi pensada para ser ocupada. Este fato se dá a medida em que a adoção das políticas públicas para o setor se veem comprometidas por adoções mecânicas de modelos pouco interpretados a partir das dinâmicas regionais. Em última análise a região, tal qual a própria instituição podem ser entendidas como “una unidad histórica y cultural”. As Universidades são, de longe, as mais significativas em termos de função social articulada com a pesquisa. Os protestos, em termos de relação comparativa do investimento do governo, não divergem deste princípio.

Há visível e histórica concentração de Universidades públicas federais em regiões cuja horizonte histórico está encrustado à própria conjuntura política nacional, significando portanto que pode não haver distinção alguma entre a razão de ser das instituições amazônicas e quaisquer outras, salvo os mecanismos de

⁵ Esta análise foi decorrente da Conferência em Madrid em dezembro de 2000 que tratou de orientar uma reflexão sobre a globalização.

concessão e adoção dos critérios de apoio por discriminações positivas. Felizmente, os pronunciamentos na abertura de ontem e as pessoas presentes neste evento demonstram que as alternativas de intercâmbio, que sempre estiveram evidentes a partir de nossas próprias fronteiras (e estas nunca estiveram de frente para o mar), encontram ressonância prática.

No sentido que nos interessa, destaca-se que temos um sistema educacional financiado preponderantemente com recursos públicos em um sistema de atendimento preponderantemente privado, ainda que neste segundo se apresente uma queda de cerca de 150 mil vagas anuais não preenchidas. Em termos regionais, conforme publicado no livro *Assimetrias Regionais, Vários Brasís e suas Conseqüências*, em Diniz e Guerra, 2000 pela Editora da UFPA, "de cada 100 jovens, entre 18 e 24 anos, que tentam ingressar no ensino superior nas regiões Norte e Nordeste, em números redondos, apenas 6 são bem sucedidos no Nordeste e 9 no Norte", além disto a distribuição das vagas, segundo dados do INEP 2000, estão evidentemente concentradas nas demais regiões que somadas representam 43.84%, dentre o pouco mais de 40% da demanda atendida pelo ensino superior público.

Por sua vez, além da importante caracterização federativa, em termos de cobertura, as Universidades públicas da Amazônia brasileira e os diversos institutos de pesquisa locais apresentam-se com uma forte tendência para atuar distribuídos prioritariamente no interior dos Estados, se consideramos que apenas as universidades mais recentes demonstram ainda pouca expansão. Uma análise mais cuidadosa nesta composição da educação superior provavelmente indicará uma questão fundamental a ser revisada é a relação direta entre a capacidade instalada nas Universidades e seu envolvimento na produção científica, a partir da mobilidade e organização de uma "comunidade científica" universitária. Considerando-se, por exemplo, no quadro de doutores (2000) em função do ensino por exemplo, a exigência plausível seria uma relação aluno/docente e aluno/doutor que dobrem em 50% (15:1 e 30:1, respectivamente) que deveria proporcionar uma taxa de crescimento de 10% no acesso. Abandonando-se as taxas de migração acadêmica, ainda tão comuns entre o corpo docente da região Norte - especialmente após obterem melhor qualificação e o índice de alunos pesquisadores, quais seriam os padrões aceitáveis para compreender uma Pertinência das instituições em função da Pesquisa acadêmica? Quais fatores efetivamente incidem na consolidação da tarefa universitária que a exponenciem como agências motrizes do conhecimento científico? Estas seriam algumas preocupações gerais que podem instigar um pouco mais nosso trabalho.

Além das questões básicas do funcionamento da educação superior brasileira, considerando-se a abordagem sobre o desempenho da pesquisa e o debate sobre ciência e tecnologia no país, há que notar-se a complexidade que envolve o tema da vinculação da pesquisa com o desenvolvimento⁶.

Tenho uma especial predileção por trabalhar com a interpretação dos documentos. Os documentos, em certa medida, são as instituições. Eles tem a propriedade de trazer uma materialidade sobre os compromissos que puderam ser admitidos em um tempo específico. São testemunhos sobre o que pôde ser dito

⁶ Schwartzman, Simon em 1980 onde aborda o "subdesenvolvimento e tecnologia", além disto os estudos mais atuais sobre ciência e inovação tecnológica onde ele descreve um pouco o sistema de Pesquisa. Se possível incluir no texto ou deixar na revisão do primeiro capítulo.

em um momento dado. Vejamos que estamos volta e meia nos referindo a documentos. Os momentos históricos aqui mencionados e o tempo que eles representam, a depender do cuidado que lhe são oferecidos podem facilmente ser identificados como as “vozes que não calam” dentro das políticas públicas.

Os Relatórios, Moções, Declarações, Tratados são os mais recentes tipos de documentos que sintetizam os desejos, vantagens e compromissos que podem ser exigidos sobre um tema ou sobre algo, em compromissos de escalas muito distintas em termos, inclusive, das políticas internacionais. Vão se construindo e se reformulando e quando vistos de forma encadeada, quando lidos cuidadosamente, quando dialogados com os contextos em que são produzidos, revelam uma arqueologia da instituição e da ação política que o produziu. Por isto, a Declaração das Nações Unidas para Educação Superior, o Tratado de Kioto, a Agenda 21 para a Amazônia, a Declaração de Jontiem, o Tratado de Cooperação Amazônica, por exemplo, são alguns documentos que – se não são bem objeto de uma tese – são referências confiáveis e que as inspiram. São todos documentos que pretendem compromissos de longo prazo. Todos estes documentos trazem em comum as evidências de analisar-se os ganhos possíveis quanto ao desenvolvimento através da regionalização vantajosa para todos, jamais um regionalismo subordinado. Nada disto porém terá sentido se os resultados gerados pela disposição de todos não permita uma respeitabilidade real ao fato de que aqui devem estar as vantagens, inclusive econômicas, sobre nosso conhecimento.

Dito isto, quero tornar conclusiva minha participação identificando, por justiça, um outro documento que, se não trouxesse uma raiz pautada no regime político de baixa participação popular à época e quase inaudível participação das instituições da Amazônia, em 1985 (lembramos que aqui só havia UFAC, UFAM, UFPA – a UNIR estava com três anos), foi feita uma análise que incorreu em recomendações para uma reforma para o ensino superior brasileiro. Este documento foi produzido através de um grupo de especialistas - conhecido como GERES - onde já naquele momento se declarava aspectos práticos sobre a atividade de pesquisa, tais como que “professores pesquisadores não recebem estímulos financeiros e reconhecimento diferenciados e adequados a seu desempenho. (...) Há o relacionamento problemático entre a pesquisa, a pós-graduação e os cursos de graduação”, e que o ensino de graduação deveria ser prospectivo (na linguagem atual), ou seja estar atento as necessidades presentes e futuras. Questões que atualmente está na onda do debate sobre pertinência.

Assim, seria talvez importante considerar que o marco de nossa pertinência científica possa ser compreendido com a profunda revisão dos princípios que orientam a educação superior no país considerando, para nós, como soluções criativas aquelas que resultaram em atitudes efetivas de não silenciar, como tem sido – apesar de todas as dificuldades – a criação da Associação das Universidades da Amazônia-UNAMAZ, um evidente sistema de rede interuniversitária de cooperação, o Protocolo Interuniversitário das Universidades da Amazônia Legal-PIUAL, como ancoradouro político da nossa capacidade de articulação local, bem como as iniciativas próprias a cada uma das instituições desejosas que seus pesquisadores sobrevivam ante as estratégias tirânicas da convivência atual do ambiente universitário, criando seus centros de pesquisa e integrando-os em valorosos trabalhos interdisciplinares. O importante é que estas reflexões podem inspirar a vigilância permanente do nosso nível de pertinência, para não permitir, mais uma vez, que nossa boa fé venda o país.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

SUGESTÃO DE LEITURA

**TUBERCULOSE: DIMENSÕES DA INTERRUÇÃO DO
TRATAMENTO**

WILMA SUELY BATISTA PEREIRA
EDUFRO

RESUMO: Este não é um livro voltado somente para profissionais da saúde, mas para todos os que lidam com as muitas dimensões da doença, em especial da tuberculose. Não são colocadas prioritariamente as temáticas técnicas do tratamento, estas, são encontradas nos manuais técnicos e em bibliografia específica. O foco está dirigido às reações da pessoa desde que se descobre doente, passando pela procura de tratamento e a interrupção com o serviço que lhe atendeu.

SUMÁRIO: Modernidade sócio-espacial; Colonização agrícola em Rondônia; Expansão da frente modernizadora; Fronteira do Guaporé; Conclusão.

Áreas de interesse: Saúde; Medicina.

Palavras-chave: Tratamento de doenças; Tuberculose; Enfermagem; Saúde Pública.